



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

INFORMATIVO SINDICAL

CNTI

www.cnti.org.br

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET



Brasília-DF, 09 de setembro de 2025

NCST-SP participa de grande ato pela democracia no dia 07 de setembro e pede punição aos golpistas



Membros da diretoria da Nova Central Sindical de Trabalhadores no Estado de São Paulo (NCST-SP) e entidades filiadas marcaram presença no grande ato "7 de setembro do Povo – quem manda no Brasil é o povo brasileiro", na Praça da República, região central da capital e protestaram contra quaisquer iniciativa dos parlamentares que querem anistia para golpistas e traidores da pátria.

A NCST se somou nesta luta às demais centrais sindicais, movimentos populares e agentes sociais na luta por direitos, soberania e contra a anistia dos golpistas. Enquanto a extrema-direita tenta sequestrar a data, os movimentos populares destacam que a verdadeira independência só se constrói com a luta popular por direitos e contra os privilégios da classe dominante.

O presidente eleito da entidade, Nailton Francisco de Souza (Porreta), em sua fala parabenizou a postura do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, que em pronunciamento aos brasileiros ratificou a luta implacável pela independência do Brasil.

"Com 203 anos de independência dos grilhões de Portugal, não podemos aceitar que nenhum governo, sobretudo o dos Estados Unidos, queira nos fazer de seu puxadinho, fundo de quintal político. Quem manda no Brasil são os brasileiros. Não à proteção de golpistas. Não devemos aceitar que esqueçam os crimes da trama golpistas. Não a anistia!", disse.

Nailton Porreta aproveitou para repudiar de forma dura "os golpistas e traidores" que ficam pressionando tanto o Congresso Nacional quanto os órgãos de segurança em busca de anistia. Para ele, as centrais

sindicais e demais entidades "estão irmanadas na luta para travar toda e qualquer proposta desta natureza em Brasília."

A Nova Central São Paulo, no ato, outra vez hipotecou seu posicionamento em defesa do Brasil, da Soberania Nacional e pediu punição rigorosa a todos aqueles que colocaram em risco a democracia brasileira. "Enquanto representantes dos trabalhadores temos que ser firmes quanto ao combate aos inimigos da nação, que visam o poder para tirar vantagem", destacou o futuro secretário de comunicação da NCST-SP, Geraldo Abílio de Meireles (Geraldinho), presidente do SINDFICOT-VLP.

No feriado de 7 de setembro, que marca os 203 anos da Independência, movimentos populares realizam atos em pelo menos 23 estados e no Distrito Federal em defesa da soberania nacional. A mobilização é organizada pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, pelo Fórum das Centrais Sindicais e pelo tradicional Grito dos Excluídos, que neste ano se unem ao Plebiscito Popular por um Brasil mais justo.

Fonte: Profissão Transportes

Hugo Motta define isenção do IR para até R\$ 5 mil como prioridade

Projeto conta com parecer aprovado em comissão especial e tramita em regime de urgência.



Anúncio de Hugo Motta foi feito após reunião com a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. Bruno Spada/Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou ter assumido compromisso com a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, para incluir em pauta o projeto de lei 1087/2025, que prevê a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil, e descontos progressivos para até R\$ 7,3 mil.

"Conversei agora com a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e informei que o compromisso da Câmara é votar a matéria que amplia a isenção do imposto de renda via PL 1087/2025, de relatoria do deputado Arthur Lira (PP-

Brasília-DF, 09 de setembro de 2025

AL). Há um entendimento da Casa que é uma prioridade para o Brasil e os brasileiros", disse Hugo Motta em suas redes sociais. O encontro também contou com parlamentares da base do governo nas duas Casas.

O projeto já foi aprovado em comissão especial, e também conta com requerimento de urgência aprovado para que possa ser votado em Plenário. Configura a principal proposta legislativa do governo na área econômica para 2025, com previsão de começar a fazer efeito em 2026, ano das eleições, se aprovado este ano.

Demais prioridades

Minutos após o anúncio de Hugo Motta, Gleisi citou os demais itens prioritários para o Executivo. São elas a PEC da Segurança Pública e as medidas provisórias da reforma do setor elétrico e do programa "Gás do Povo", que substitui o vale-gás por um sistema mais amplo de entregas diretas e vouchers.

"Esta é a agenda que dialoga com os interesses do país e do povo, em consonância com o que vêm afirmando os presidentes Hugo Motta e Davi Alcolumbre (União-AP). Vamos trabalhar juntos para que esta agenda avance: trabalhar pelo Brasil e pelo povo brasileiro", declarou.

Fonte: Congresso em Foco

Maioria dos brasileiros confia em Lula como presidente, aponta Quaest

Levantamento mostra que 54% confiam no presidente, enquanto 44% não



Lula (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

Uma pesquisa divulgada nesta segunda-feira (8) pela Genial/Quaest revela que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é visto com confiança por mais da metade da população brasileira. Segundo o estudo, 54% dos entrevistados afirmaram confiar no chefe do

Executivo, enquanto 44% declararam não confiar nele. Apenas 2% optaram por não responder.

O levantamento, que avaliou a percepção pública sobre diversas instituições e lideranças nacionais, entrevistou 12.150 brasileiros entre 13 e 17 de agosto, todos com idade a partir de 16 anos. A margem de confiança é de 95%. Além da presidência da República, a pesquisa também analisou o grau de confiança em instituições como a Igreja Católica, a Polícia Militar, as Forças Armadas e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Supremo Tribunal Federal divide opiniões

Outro destaque do estudo é a percepção sobre o Supremo Tribunal Federal. Exatos 50% dos brasileiros disseram confiar nos ministros da Corte, enquanto 47% declararam não confiar. A pesquisa foi realizada em meio ao julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), acusado de tentativa de golpe, o que pode ter influenciado a percepção pública sobre o tribunal.

Instituições em foco

O levantamento da Genial/Quaest buscou medir a temperatura da confiança institucional no Brasil em um momento de alta tensão política. A análise incluiu, além da Presidência e do STF, setores como forças de segurança e entidades religiosas, que tradicionalmente têm forte peso na opinião pública.

Fonte: Brasil247

Não há "ditadura da toga" no Brasil, afirma Gilmar Mendes

Sem citar nomes, o ministro do STF rebateu críticas à atuação da Corte



© Marcelo Camargo / Agência Brasil

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), usou suas redes sociais para rebater as recorrentes críticas ao Poder Judiciário brasileiro. Em uma postagem publicada no início da noite na rede X, Mendes defendeu a atuação da Corte, afirmando que o STF atua como guardião da Constituição e do Estado

Brasília-DF, 09 de setembro de 2025

de Direito, impedindo retrocessos e preservando garantias fundamentais.

"No Dia da Independência, é oportuno reiterar que a verdadeira liberdade não nasce de ataques às instituições, mas do seu fortalecimento", escreveu Mendes, poucas horas após atos organizados por políticos de direita e grupos religiosos terem reunido milhares de manifestantes a favor da anistia do ex-presidente da República Jair Bolsonaro e de réus condenados pelos atos do 8 de Janeiro e do impeachment do ministro Alexandre de Moraes.

"Não há, no Brasil, 'ditadura da toga', tampouco ministros agindo como tiranos", afirmou Mendes.

Segundo ele, os ministros da Corte vêm atuando de forma a preservar as chamadas garantias fundamentais – ou seja, os direitos e proteções asseguradas na Constituição Federal a todos os cidadãos brasileiros.

Sem mencionar nomes, Mendes teceu críticas alusivas à gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, lembrando das recorrentes críticas do ex-presidente e de seus apoiadores ao sistema eleitoral brasileiro e a gestão da pandemia da covid-19 pelo governo Bolsonaro, entre outros episódios.

"Se quisermos falar sobre os perigos do autoritarismo, basta recordar o passado recente de nosso país: milhares de mortos em uma pandemia; vacinas deliberadamente negligenciadas por autoridades; ameaças ao sistema eleitoral e à separação de Poderes; acampamentos diante de quartéis pedindo intervenção militar, tentativa de golpe de Estado com violência e destruição do patrimônio público, além de planos de assassinato contra autoridades da República", comentou o ministro.

Mais cedo, em evento na Avenida Paulista, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, classificou a atuação do ministro Alexandre de Moraes, relator da ação penal sobre tentativa de golpe de Estado, como "tirania". "Ninguém aguenta mais a tirania de um ministro como Moraes. Ninguém aguenta mais o que tá acontecendo nesse país " Tarcísio, durante o ato na Paulista.

"O que o Brasil realmente não aguenta mais são as sucessivas tentativas de golpe que, ao longo de sua história, ameaçaram a democracia e a liberdade do povo. É fundamental que se reafirme: crimes contra o Estado Democrático de Direito são insuscetíveis de perdão! Cabe às instituições puni-los com rigor e garantir que jamais se repitam", concluiu o ministro Gilmar Mendes.

Fonte: Agência Brasil

Tarifaço completa um mês com queda nas vendas e pacote de apoio

Queda nas vendas aos EUA pressiona setores como frutas, calçados e pescados; governo aposta em crédito, OMC e novos mercados para conter impacto.



Movimentos sindicais e sociais protestam contra medidas econômicas do governo dos EUA contra o Brasil, na frente da embaixada americana em Brasília em 1 de agosto. José Cruz/Agência Brasil

O tarifaço de 50% imposto pelos Estados Unidos sobre exportações brasileiras completou um mês neste sábado (6). Anunciada por Donald Trump em julho e efetivada em 6 de agosto, a medida provocou queda de quase 20% nas vendas brasileiras para o mercado norte-americano e abriu uma crise política e comercial entre os dois países.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) mostram que, em agosto, as exportações brasileiras para os EUA caíram 18,5% em relação ao mesmo mês de 2024. O efeito foi sentido em setores como:

- **Frutas:** em Petrolina (PE), produtores de manga e uva perderam a principal janela de exportação - eram 2,5 mil contêineres de manga e 700 de uva destinados ao mercado americano.
- **Calçados:** em Franca (SP), até 100% da produção de algumas fábricas era direcionada aos EUA. O setor teme cortes em empregos que sustentam entre 12 mil e 14 mil famílias.
- **Pescados:** 70% da produção brasileira era exportada aos EUA; as vendas despencaram 31,3%.
- **Siderurgia e alumínio:** aço, alumínio e cobre agora pagam 50% para entrar no mercado americano.

O Ceará, estado que dependia dos EUA para mais de 44% de suas exportações decretou situação de emergência; 90% da pauta exportadora local foi atingida.

Apesar da crise, o governo estima que o tarifaço impacta diretamente 3,3% do total das exportações brasileiras - já que parte dos produtos ficou isenta, como aeronaves, fertilizantes, combustíveis e celulose.

Brasília-DF, 09 de setembro de 2025**Reação diplomática e defesa da soberania**

Desde o anúncio, o presidente Lula assumiu tom duro contra Trump, afirmando que o Brasil não aceitará "desaforos nem ofensas". O governo brasileiro contestou os argumentos americanos e acionou a Organização Mundial do Comércio (OMC), alegando violação de compromissos internacionais.

O Itamaraty, em articulação com a embaixadora Maria Luiza Viotti em Washington, manteve negociações para ampliar a lista de isenções. Ao mesmo tempo, Lula determinou que ministros defendam publicamente a soberania nacional diante da ofensiva americana.

Medidas de apoio interno

Para reduzir os efeitos da crise, o governo lançou o Plano Brasil Soberano, que prevê:

- R\$ 30 bilhões em crédito facilitado para exportadores, com juros mais baixos.
- R\$ 10 bilhões adicionais do BNDES para empresas do setor.
- Prorrogação da suspensão de tributos e aumento de restituições a exportadores.
- Compra de alimentos de produtores afetados para estocagem e distribuição em programas sociais.
- Governos locais também adotaram medidas emergenciais, como no Ceará, que passou a comprar a produção de alimentos de empresas que perderam mercado nos EUA.

Busca de novos mercados

Enquanto enfrenta o tarifaço, o Brasil tenta abrir espaço em outros destinos. Em agosto, o vice-presidente Geraldo Alckmin liderou missões comerciais ao México e ao Japão, enquanto a China sinalizou abertura para mais produtos brasileiros, como café, gengibre e carnes processadas.

De acordo com o MDIC, as exportações brasileiras para a China cresceram 31% em agosto; para países do Mercosul, 27%. O saldo da balança comercial do mês foi positivo, com superávit de US\$ 6,1 bilhões.

Efeitos nos preços internos

Com parte da produção redirecionada ao mercado nacional, houve recuo em alguns preços:

- Frango: -5,7% (R\$ 17,33/kg)
- Café: -4,6% (R\$ 76,40/kg)
- Carne suína: -1,3% (R\$ 23,05/kg)
- Carne bovina: -0,8% (R\$ 34,58/kg)

A exceção foram os pescados, que subiram 2% no período, puxados pela maior demanda interna.

Perspectivas

Especialistas apontam que, embora a abertura de novos mercados seja estratégica, ela exige tempo de negociação. No curto prazo, o Brasil tende a

redirecionar excedentes ao mercado interno, pressionando preços para baixo.

Para o economista Matheus Dias (Ibre/FGV), o tarifaço não teve efeito relevante sobre a inflação até aqui. O principal fator é a lista de quase 700 itens isentos da tarifa de 50%, que evitou uma realocação maciça de produtos para o mercado doméstico. Sem essa lista de exceções, explica Dias em entrevista à Agência Brasil, haveria "uma realocação mais forte dos fluxos comerciais", ampliando a oferta interna e, por consequência, forçando quedas de preços em cadeia - o que poderia ter impacto mensurável no IPCA. Com as isenções, esse efeito foi amortecido.

Ele pondera que os impactos são setoriais: segmentos como cimento, madeira e metais sentiram o baque, mas não há sinal de repasse amplo ao consumidor. Em síntese, o choque tarifário aperta cadeias específicas, porém não contamina a inflação geral.

Fonte: Congresso em Foco

